

APLICAÇÃO DE RECURSOS DO CRÉDITO RURAL EM MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO: O CASO DO PANTANAL MATO-GROSSENSE

Rebeca Hauenstein Silva

Universidade do Estado de Mato Grosso
rebeca.hauenstein@unemat.br

Aumeri Carlos Bampi

Universidade do Estado de Mato Grosso
aumeri@unemat.br

Gilmar Laforga

Universidade do Estado de Mato Grosso
gilmar.laforga@unemat.br

José Roberto Rambo

Universidade do Estado de Mato Grosso
jr.rambo@unemat.br

RESUMO: O presente estudo aborda um tema central para o fortalecimento socioeconômico e para o desenvolvimento do Brasil: a distribuição do crédito rural. Embora reconhecido como instrumento indispensável para o financiamento da produção agropecuária, setor estratégico da economia nacional, sua alocação no território brasileiro ainda revela os desafios do acesso e desigualdades distributivas. Neste sentido, a investigação objetiva analisar a distribuição do crédito rural em municípios do Pantanal mato-grossense e identificar os padrões espaciais dos recursos aplicados no setor agropecuário. Para isso, utiliza dados secundários do Anuário Estatístico do Crédito Rural e da Matriz de Dados do Crédito Rural – Crédito Concedido, organizados em tabelas, conforme suas finalidades (custeio, investimento, comercialização e industrialização), atividades (agrícola ou pecuária) e o valor financiado por município. Diante da predominância histórica e econômica da pecuária na região, observa-se que a maior parcela dos recursos também se concentrou nessa atividade, reforçando o padrão produtivo já consolidado no território.

Palavras-chave: Políticas públicas. Pecuária. Território.

ALLOCATION OF RURAL CREDIT RESOURCES IN MUNICIPALITIES OF MATO GROSSO: THE CASE OF THE MATO GROSSO PANTANAL

ABSTRACT: This study addresses a central issue for Brazil's socioeconomic strengthening and development: the distribution of rural credit. Although recognized as an essential instrument for financing agricultural and livestock production, a strategic sector of the national economy, its allocation across the Brazilian territory still reveals challenges related to access and distributive inequalities. In this context, the research aims to analyze the distribution of rural credit in municipalities of the Mato Grosso Pantanal and to identify the spatial patterns of resources allocated to the agricultural sector. To this end, secondary data from the Statistical Yearbook of Rural Credit and the Rural Credit Data Matrix – Credit Granted are used, organized into tables according to their purposes (costing, investment, commercialization, and industrialization), activities (agriculture or livestock), and the amount financed by municipality. Given the historical and economic predominance of livestock farming in the region, it is observed that the largest share of resources was also concentrated in this activity, reinforcing the productive pattern already consolidated in the territory.

Keywords: Public policies. Livestock. Territory.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é o maior país da América do Sul em extensão territorial e de maior população, possuindo rica e variada biodiversidade e com características geográficas distintas (relevo, clima, solos, hidrografia e biomas) que contribuem para múltiplas atividades econômicas no território, sendo uma delas a agricultura. Apesar desse potencial, a agricultura é um setor que apresenta riscos e incertezas, devido à dependência das condições climáticas e sanitárias, à sazonalidade das safras e ao ciclo dos mercados de insumos e produtos (Bittencourt; Vial, 2017).

Com isso, a discussão sobre a segurança alimentar tem se intensificado, principalmente em virtude da urbanização crescente, iniciada nas décadas de 1960-1970 ocasionada pela modernização agrícola e pela mecanização, que resultou em significativo êxodo da população rural. Essas migrações acabam favorecendo a concentração da produção agropecuária latifundiária, com produções comerciais de grande escala direcionadas principalmente para *commodities*, o que acarreta riscos à diversidade produtiva e à segurança alimentar mundial. Nesse contexto, tornou-se fundamental adotar medidas e construir políticas públicas nos diversos níveis governamentais para enfrentar e reverter essa realidade (Czibere *et al.*, 2021).

Uma das opções encontradas pelo estado brasileiro foi o crédito rural, que se destaca como um instrumento essencial para viabilizar financeiramente a produção, mas que foi direcionado fortemente à produção de larga escala, ou seja às *commodities* destinadas à

exportação (Czibere *et al.*, 2021; Amaral; Bacha, 2025). Nesse contexto, mesmo na atualidade, apesar dos avanços, a distribuição do crédito rural no Brasil permanece um problema. Grande parte dos recursos aplicados se concentrava em grandes propriedades e regiões consideradas mais avançadas e conectadas às cadeias comerciais nacional/global, como Sul e Sudeste, e voltados a *commodities* (Graziano da Silva, 1999; Búrigo *et al.*, 2021), muito embora recentemente o volume de produção da agricultura comercial na região Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás) tenha crescido consideravelmente, alcançando aproximadamente 50% da produção de grãos (soja e milho) do país em toneladas (IBGE, 2025), remodelando o capitalismo agrário brasileiro, situação que demandou aumento de disponibilidade de crédito a essa região.

Dessa forma, são os produtores, de médias e grandes propriedades, geralmente, os que possuem condições de oferecer garantias e assumir financiamentos maiores (Guanzioli, 2019). A concentração de recursos em regiões e culturas específicas exige políticas públicas voltadas à expansão e diversificação do crédito, modernizando sua administração para promover um setor agropecuário mais sustentável e desenvolvido (Santos, 2021).

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo identificar os padrões de acesso ao crédito rural e compreender sua distribuição nos municípios do Pantanal mato-grossense, analisando os padrões espaciais e temporais.

1.1 CRÉDITO RURAL

Por grande parte da história brasileira o país foi uma colônia de Portugal, condição que atrasou a estruturação de diversos setores, inclusive o crédito rural. As primeiras iniciativas de crédito rural ocorreram em 1885, quando o governo passou a ofertar serviços financeiros voltados à agropecuária, uma política seletiva e elitista, concentrada no Sul e Sudeste do país e direcionada a culturas como cana-de-açúcar e café, em sua maioria à disposição de oligarquias e latifundiários (Santos; Braga, 2013; Moraes, 2024; Santos; Ferreira; Almeida, 2024).

Porém, a verdadeira institucionalização do crédito rural no Brasil, só ocorreu em 1961 com a criação do Grupo Executivo de Coordenação do Crédito Rural (GECRE) (Dias *et al.*, 2007; Bittencourt; Vial, 2017; Borghezán, 2024). A Lei nº 4.595/1964 estruturou o Sistema Financeiro Nacional (SFN), definindo o Conselho Monetário Nacional (CMN) como órgão

normativo, o Banco Central do Brasil (Bacen) como supervisor e reunindo instituições operadoras públicas e privadas. Esse arranjo viabilizou a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), concebido como principal fonte de recursos estáveis para financiar a agropecuária, cobrindo desde os custos de produção até os de comercialização (Ramos; Martha Junior, 2010; Araújo, 2011; Tolentino, 2016; Belik, 2019; Melo, 2022).

O SNCR também foi concebido para estimular a formação de capital no meio rural e induzir a adoção e difusão de tecnologias, buscando fortalecer a situação econômica dos agricultores por meio de instrumentos de políticas públicas, como controle de preços, tributação sobre exportações e restrições comerciais, visando a proteção da renda rural e à estabilidade dos preços internos (Araújo, 2011; Bittencourt; Vial, 2017; Belik, 2019).

A base de recursos do SNCR passou a ser composta principalmente por empréstimos internacionais, dotações do orçamento fiscal da União e exigibilidades bancárias sobre depósitos à vista, o que ampliou e diversificou as fontes de financiamento, tornando o sistema mais robusto e menos dependente de uma única instituição e criando fundos permanentes. Com apoio estatal, o crédito foi associado a juros subsidiados, prazos ampliados, preços mínimos, estoques reguladores e incentivos tributários e tarifários (Belik, 2019).

O crédito rural brasileiro possui diferentes finalidades organizadas em quatro principais destinações: custeio, investimento, comercialização e industrialização. O crédito de custeio é destinado para financiar despesas durante o ciclo produtivo, englobando etapas como o plantio e a colheita. O crédito de investimento se aplica na compra de bens permanentes, por exemplo, a construção de silos e aquisição de máquinas e equipamentos. O crédito de comercialização é utilizado para cobrir as despesas após a colheita, como o frete, armazenamento e seguro, já o crédito de industrialização, viabiliza transformar a matéria prima no produto final (Mapa, 2015; Bittencourt; Vial, 2017; Bacen, 2021).

O modelo de distribuição induziu a modernização vinculada aos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, frequentemente descrita como “modernização conservadora” ou “modernização dolorosa” e, em determinados contextos, como “modernização compulsória”, pois impôs aos produtores e trabalhadores rurais a necessidade de adaptação à modernização para garantir sua permanência no meio rural. Nesse cenário, quem não dispunha de condições financeiras, informacionais ou institucionais para acompanhar o ritmo das mudanças, tendia a ser progressivamente excluído, aumentando cada vez mais as desigualdades do campo, situação que prejudicou sobremaneira o segmento da agricultura familiar (Servilha, 1994; Mueller; Martine, 1997; Araújo, 2011; Tolentino, 2016; Campagnolla; Macêdo, 2022).

Com o tempo, tornou-se evidente que o crédito, por si só, não seria suficiente para sustentar um avanço consistente do setor. Para além do financiamento, passaram a ser necessárias políticas complementares capazes de fortalecer a inovação, a difusão de conhecimento técnico e a adoção de boas práticas, articulando o crédito a estratégias de pesquisa, educação e difusão tecnológica voltadas ao meio rural (Bacha, 2018).

No ano de 2003, buscando controlar o crédito aplicado no setor, o Plano Agrícola e Pecuário foi instituído como Plano Safra, criando linhas de crédito no SNCR com taxas de juros diferenciadas, aumentando o volume de crédito rural disponível (Búrigo *et al.*, 2021). Entretanto, persistem obstáculos relevantes de acesso, especialmente relacionados à regularização documental das propriedades, o que tende a restringir a entrada de parte expressiva dos produtores e a favorecer a concentração dos recursos (Lima, 2003; Ramos; Martha Junior, 2010).

Essa dinâmica seletiva na distribuição do crédito torna-se particularmente relevante quando observada em territórios específicos, como o Pantanal mato-grossense. Considerada a maior planície alagável do mundo, abrangendo território brasileiro, boliviano e paraguaio, o bioma ocupa uma área de total de 138.183 km², sendo que no território mato-grossense ocupa uma área de 48.865 km².

Ocupada anteriormente por diversos povos indígenas, a colonização dos municípios mato-grossenses que compõem o Pantanal começou com a chegada dos espanhóis e portugueses. A posterior distribuição de terras foi feita pelo sistema de sesmaria e, desde então, a região foi intensamente marcada pela concentração fundiária, e pelas influências de coronéis e de empresas privadas de exploração agropecuária (Costa, 2020).

No Pantanal a dinâmica hidrológica é algo a ser levado em conta, visto que durante a estação chuvosa, grandes extensões da planície são inundadas, o que torna o manejo agrícola da área diferente de outros sistemas (Sema, 2019). Nesse contexto, a pecuária bovina extensiva se consolidou na área como a principal atividade econômica, algo que diverge com o restante do estado de Mato Grosso, onde a produção de *commodities* agrícolas se faz mais presente (Leite; Wesz Junior, 2014; MMA, 2024).

Atualmente o Pantanal, maior planície alagável do mundo, é considerado uma nova fronteira agrícola. A mesma tem sido alvo de práticas e atividades produtivas que, do ponto de vista ecológico destroem a biodiversidade e, do ponto de vista socioeconômico aumentam a concentração de renda e a exploração do trabalho humano (Rossetto; Dalla-Nora, 2018). Um

exemplo disso, é a quantidade de propriedades particulares que ocupam 97% da área, enquanto as Unidades de Conservação (UC) são apenas 3%. Isso deixa o controle ecológico do Pantanal nas mãos de empresas privadas (Braz *et al.*, 2020), situação que o reduz a um espaço natural a ser explorado, e não um território-ambiente de biodiversidade e de economia e de culturas diversas.

2 METODOLOGIA

2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estado de Mato Grosso ocupa uma área de 903.357 km², sendo o terceiro maior estado do Brasil em extensão territorial, possuindo um total de 142 municípios, e a presença de três biomas. O bioma Amazônico ocupa a parte norte e é o mais abrangente territorialmente, ocupando 53,6% do território, o Cerrado ocupa 39,6% e o Pantanal, concentrado no sul do estado com 6,8% (Sema, 2019; IBGE, 2024). Os municípios mato-grossenses que estão localizados no bioma do Pantanal (Figura 1) são Barão de Melgaço, Cáceres, Itiquira, Lambari D'Oeste, Nossa Senhora do Livramento, Poconé e Santo Antônio de Leverger (Silva; Abdon, 1998).

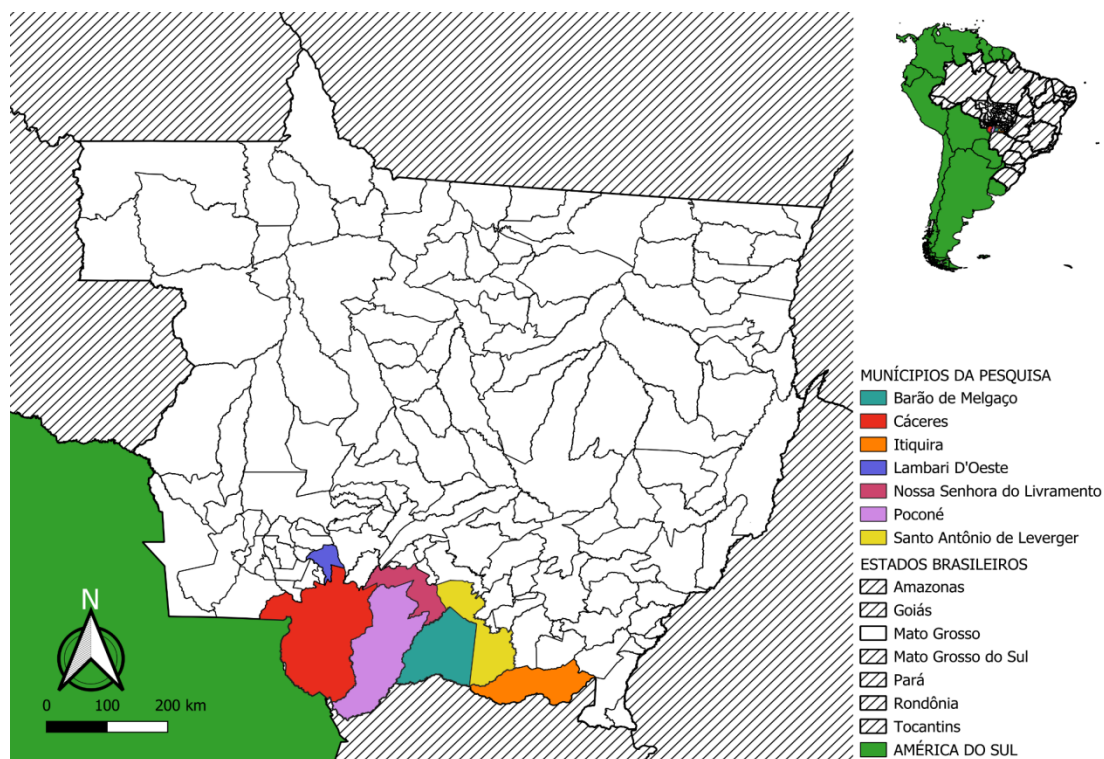


Figura 1: Municípios do Mato Grosso localizados no bioma Pantanal.

Fonte: IBGE, 2018.

Organizado pelos autores, 2026.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa exploratória para aprofundar o conhecimento sobre o tema, identificando as principais variáveis de análise e refinar as questões de pesquisa. Um levantamento bibliográfico sobre o crédito rural no Brasil e no Mato Grosso foi realizado, utilizando bases de dados acadêmicas, livros, artigos científicos, relatórios técnicos e outros documentos relevantes. Documentos oficiais, como leis, decretos, resoluções, planos e programas de crédito rural, também foram analisados para compreender a evolução das políticas públicas de crédito rural e seus objetivos (Araújo, 1983; Delgado, 2012; Amaral; Bacha, 2025).

Como na pesquisa de Amaral e Bacha (2025), os dados utilizados são secundários, organizados em tabelas, com o objetivo de analisar a distribuição do crédito rural, conforme suas finalidades (custeio, investimento, comercialização e industrialização), atividades (agrícola ou pecuária), valor do projeto e hectares beneficiados, durante o período de 2020 a 2025.

Esses dados foram coletados no Anuário Estatístico do Crédito Rural (Bacen, 2012), e na Matriz de Dados do Crédito Rural – Crédito Concedido (Bacen, 2025).

Os dados coletados foram organizados anualmente no WPS Office Suite (2021), para gerar tabelas de dados totais dos 5 anos analisados. Cabe ressaltar também que os dados, apesar de serem coletados no Bacen, não possuem normas legislativas que acompanhem o avanço tecnológico (Chaussê *et al.*, 2024).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O setor agropecuário, que se autodenomina agronegócio, se apresenta discursivamente como um pilar da economia nacional, enfatizando que sua eficiência decorre da iniciativa de capital privado, atribuindo ao empreendedorismo rural a centralidade no desempenho do setor. Entretanto, ao examinar os dados referentes a políticas públicas direcionadas ao setor agropecuário, torna-se evidente a magnitude dos recursos destinados ao suporte subsidiado e de financiamento das atividades produtivas (Leite; Wesz Junior, 2016; Reis, 2025). A partir dessa perspectiva se torna pertinente analisar a realidade de municípios específicos, como os do Pantanal mato-grossense, cuja formação territorial e estrutura agrária ajudam a explicar os desdobramentos locais das políticas de financiamento rural.

O município de Barão de Melgaço está inserido nas áreas de planície da bacia do Rio Itiquira, e desde sua colonização, apresenta uma estrutura fundiária que se caracteriza pela forte concentração de terras e grandes extensões de pastagens nativas. Esse cenário contribuiu para o modelo agropecuário regional que persiste até os dias atuais, e continua contribuindo para a exclusão dos trabalhadores tradicionais do campo (Souza-Higa; Higa, 2002; Costa, 2018).

Ao analisar os dados sobre a distribuição de crédito no município de Barão de Melgaço, no que se refere ao custeio (Tabela 1 e 2), foram registrados 104 projetos, totalizando R\$ 91.840.766,07, todos direcionados à atividade da pecuária bovina extensiva, com abrangência territorial de 41.241,57 hectares. Tal configuração indica a predominância absoluta da atividade na estrutura de financiamento de curto prazo no município.

Quanto aos créditos de investimentos (Tabela 1 e 2), foram aprovados 106 projetos em Barão do Melgaço, que somaram R\$ 52.748.929,42 distribuídos em 16.706,55 hectares. Desse total, apenas 2,83% dos projetos estavam vinculados à atividade agrícola, correspondendo a

16,01% do montante financiado e a 11,09% da área total. Em contrapartida, 97,17% dos projetos destinaram-se à bovinocultura, concentrando 83,99% dos recursos aplicados e ocupando 88,91% da área.

Município	Quant. Custeio	R\$ Custeio	Área Custeio	Quant. Investimento	R\$ Investimento	Área Investimento	Quant. Comercialização	R\$ Comercialização	Quant. Industrialização	R\$ Industrialização
Barão de Melgaço	-	-	-	4	8.401.885,00	1.853,93	-	-	-	-
Cáceres	72	141.386.774,33	36.556,34	265	247.182.246,43	32.206,06	10	30.500.000,00	-	-
Itiquira	731	1.850.860.774,53	415.066,75	474	819.203.585,18	97.428,68	139	470.712.105,45	4	65.000.000,00
Lambari D'Oeste	8	9.078.795,71	1.565,30	27	28.864.132,13	3.822,78	-	-	-	-
Nossa Senhora do Livramento	34	60.195.847,71	16.343,87	32	27.855.932,30	2.178,95	2	5.300.000,00	-	-
Poconé	148	222.085.398,95	54.979,26	130	91.406.251,96	8.231,65	21	67.587.331,91	-	-
Santo Antônio de Leverger	21	26.187.311,61	6.900,47	82	52.889.026,26	5.865,02	3	3.806.400,00	-	-

Tabela 1 – Projetos agrícolas executados nos municípios do Pantanal no anos 2020 a 2025

Fonte: Bacen, 2025.

Organizado pelos autores, 2026.

Município	Quant. Custeio	R\$ Custeio	Área Custeio	Quant. Investimento	R\$ Investimento	Área Investimento	Quant. Comercialização	R\$ Comercialização	Quant. Industrialização	R\$ Industrialização
Barão de Melgaço	104	91.840.766,07	41.241,57	102	44.347.044,42	14.852,62	-	-	-	-
Cáceres	4.091	1.423.772.090,30	525.738,40	3.061	1.053.145.474,74	215.613,02	6	8.664.735,12	-	-
Itiquira	556	363.076.243,60	129.805,79	284	126.929.880,11	22.484,17	-	-	-	-
Lambari D'Oeste	450	143.669.044,60	33.691,97	370	101.801.614,69	16.501,03	-	-	-	-
Nossa Senhora do Livramento	382	227.263.980,19	75.860,66	183	94.329.424,62	13.909,12	-	-	-	-
Poconé	1.002	467.244.071,94	233.192,40	580	265.166.838,19	86.717,39	-	-	-	-
Santo Antônio de Leverger	437	282.228.695,94	120.290,14	275	92.293.413,38	24.407,78	-	-	-	-

Tabela 1 – Projetos pecuários executados nos municípios do Pantanal no anos 2020 a 2025

Fonte: Bacen, 2025.

Organizado pelos autores, 2026.

A pecuária bovina de corte ser a principal atividade produtiva torna compreensível o montante destinado a projetos no setor, e está diretamente relacionado à trajetória de uso e ocupação da terra no município e região (Souza-Higa; Higa, 2002; Costa, 2018; Karas; Johnson, 2018). Cabe ressaltar que não houveram projetos de comercialização no município de Barão do Melgaço durante o período da pesquisa, situação que também pode ser um problema ao próprio desenvolvimento local.

No município de Cáceres, a pecuária também é consolidada pelo ambiente que favorece a criação de gado bovino, e é uma das principais fontes de renda do município (Soares; Santos; Caldas, 2017). Durante o período de 2020 a 2025, os projetos de crédito aprovados mantiveram a concentração dos recursos nas etapas de produção e comercialização pecuária. No âmbito do custeio, foram registrados 4.163 projetos, totalizando R\$ 1.565.158.864,63, com abrangência de 562.295 hectares (Tabela 1 e 2). Desse montante, apenas 1,72% dos projetos foram destinados ao custeio agrícola, representando 9,03% do total de recursos aplicados e abrangendo 6,50% da área financiada. Em contraste, os custos pecuários corresponderam a 98,28% dos projetos, concentrando 90,97% do volume de recursos e incidindo sobre 93,50% da área contemplada. Observa-se, portanto, predominância expressiva da pecuária tanto em número de operações quanto em volume de recursos e área financiada.

Quanto aos créditos de investimentos, em Cáceres (Tabela 1 e 2) foram aprovados 3.326 projetos, que somaram R\$ 1.300.327.721,17, distribuídos em 247.819,08 hectares. Desses, apenas 7,96% dos projetos foram direcionados à atividade agrícola, concentrando 19,01% do montante financiado e incidindo sobre 12,99% da área total. Por sua vez, 92,04% dos projetos corresponderam à pecuária, respondendo por 80,99% dos recursos aplicados e abrangendo 87,01% da área contemplada.

No caso de Cáceres, a pecuária bovina também captou o maior aporte de recursos, por ser a principal atividade desenvolvida, porém, é importante ressaltar que, mesmo com a forte presença no território municipal, a pecuária extensiva possui baixa capacidade empregatícia, não necessitando de mão de obra considerável para executar o manejo (Soares; Santos; Caldas, 2017).

Na modalidade de crédito de comercialização (Tabela 1 e 2), registraram-se 16 projetos no município de Cáceres, que totalizaram R\$ 39.164.735,12. Destes, 62,5% foram voltados à atividade agrícola, utilizando 77,87% do montante financiado, ao passo que 37,5% dos projetos foram destinados à pecuária, totalizando 22,13% do valor total.

De modo geral, os dados evidenciam a centralidade da pecuária bovina na dinâmica do crédito rural em Cáceres, embora a agricultura apresente participação mais significativa na comercialização em termos proporcionais. Mas isso ocorre pois projetos de comercialização, geralmente, correspondem às operações de crédito destinadas à viabilização da venda da produção agropecuária, mais utilizado para as *commodities* agrícolas (Bacen, 2021).

O município de Itiquira (Tabela 1 e 2) difere dos demais, pois está localizado em uma região de transição entre o Pantanal e o Cerrado, o que acabou favorecendo a consolidação

das monoculturas, no caso a cana-de-açúcar e a soja (Costa, 2018). No período de 2020 a 2025, no âmbito do crédito rural de custeio, foram registrados 1.287 projetos, totalizando R\$ 2.013.937.018,13 distribuídos em 544.872,54 hectares no município. Desse total analisado, 56,79% dos projetos foram destinados à atividade agrícola, concentrando 81,97% dos recursos aplicados e abrangendo 76,17% da área financiada. Em contrapartida, os custeios pecuários corresponderam a 43,21% dos projetos, representando 18,03% do montante investido e incidindo sobre 23,83% da área total, evidenciando a centralidade da agricultura de larga escala tanto em número de operações quanto em volume de recursos e área financiada.

Quanto aos créditos de investimentos (Tabela 1 e 2), foram aprovados 758 projetos em Itiquira, que totalizaram R\$ 946.133.265,29, incidindo sobre 119.922,85 hectares. Entre eles, 62,53% dos projetos concentraram-se na atividade agrícola, respondendo por 86,58% do volume de recursos aplicados e abrangendo 81,24% da área financiada. Por outro lado, 37,47% dos projetos foram destinados à pecuária, representando 13,42% do montante investido e incidindo sobre 18,76% da área total.

No caso da pecuária mato-grossense, ainda que menos condicionada por fatores estritamente locacionais, observa-se que a mesma sofre crescente pressão territorial decorrente do avanço das *commodities* agrícolas (cana-de-açúcar, soja e milho) do agronegócio em áreas de Cerrado. Em seus redutos tradicionais e nas regiões mais próximas ao Pantanal, a atividade pecuária também intensifica sua demanda por crédito rural, especialmente diante da elevação do preço da terra, que compromete a viabilidade dos sistemas extensivos tradicionais (Campos *et al.*, 2014). Na modalidade de crédito de comercialização em Itiquira (Tabela 1 e 2), registraram-se 139 projetos, que totalizaram R\$ 470.712.105,45, todos vinculados à atividade agrícola.

No município de Lambari D'Oeste (Tabela 1 e 2), no período de 2020 a 2025, os projetos de crédito aprovados não contemplaram as modalidades de comercialização e industrialização, concentrando-se exclusivamente nas operações de custeio e investimento. De modo geral, a estrutura do crédito rural em Lambari D'Oeste evidencia forte concentração de recursos na atividade pecuária, com participação residual da agricultura tanto nas operações de custeio quanto nos investimentos, reforçando um padrão produtivo especializado.

No que se refere ao crédito de custeio, foram registrados 458 projetos em Lambari D'Oeste, totalizando R\$ 152.747.840,31, com abrangência de 35.257,27 hectares. Desse total, apenas 1,74% dos projetos foram destinados à atividade agrícola, correspondendo a 5,94% do

montante aplicado e incidindo sobre 4,43% da área financiada. Em contrapartida, os custeios voltados à pecuária representaram 98,26% dos projetos, concentrando 94,06% dos recursos e abrangendo 95,56% da área total.

Historicamente, a dinâmica econômica da bacia do Rio Branco, em que o município de Lambari D'Oeste está inserido, esteve associada, inicialmente, à extração da poaia, planta utilizada para fins farmacêuticos. Posteriormente, a agricultura passou a desempenhar papel relevante com o cultivo de arroz e feijão, atividades que impulsionaram o crescimento populacional local, composto majoritariamente por migrantes oriundos do Sudeste (Ferreira, 2001).

Quanto aos créditos de investimentos no município de Lambari D'Oeste (Tabela 1 e 2), foram aprovados 397 projetos, que somaram R\$ 130.465.746,82, distribuídos em 20.123,81 hectares. Dentre esses, 6,80% dos projetos foram direcionados à atividade agrícola, concentrando 21,97% do volume de recursos e incidindo sobre 18,01% da área financiada. Em contrapartida, 93,20% dos projetos destinaram-se à pecuária, respondendo por 78,03% do montante aplicado e abrangendo 81,99% da área total.

Entretanto, observa-se que, em consonância com uma tendência mais ampla, tanto em escala mundial quanto nacional, a permanência do produtor familiar no meio rural tornou-se progressivamente dificultada diante da expansão da produção de larga escala, mecanizada, com alto índice de tecnificação e do aumento da competitividade no setor agropecuário. Incapazes de competir com sistemas produtivos de maior escala e intensivos em capital, tecnologia e de sistemas informacionais, muitos proprietários venderam suas terras e migraram para áreas urbanas. Como consequência, grande parte das propriedades rurais na bacia passou a ser direcionada à bovinocultura, enquanto as produções agrícolas diversificadas foram reduzidas (Oliveira *et al.*, 2017).

No município de Lambari D'Oeste, esse processo foi intensificado por fluxos migratórios para outras regiões e pela expansão das áreas cultivadas com cana-de-açúcar, o que contribuiu para a reconfiguração do uso da terra. Muitos produtores alienaram suas propriedades, e as lavouras de cana-de-açúcar passaram a ocupar parcela significativa do território municipal. Nesse contexto, as demais culturas agrícolas perderam espaço, tornando-se praticamente inexistentes na estrutura produtiva local (Oliveira *et al.*, 2017).

Já no município de Nossa Senhora do Livramento (Tabela 1 e 2), no período de 2020 a 2025, os projetos de crédito aprovados não contemplaram a modalidade de industrialização, concentrando-se nas operações de custeio, investimento e, em menor medida, comercialização.

No âmbito do crédito de custeio, foram registrados 416 projetos em Nossa Senhora do Livramento, totalizando R\$ 287.459.827,90, com abrangência de 92.204,53 hectares. Do total de projetos, 8,17% foram voltados ao custeio agrícola, concentrando 20,94% dos recursos e incidindo sobre 17,72% da área financiada. Em contraste, os custeios pecuários representaram 91,83% das operações, absorvendo 79,06% do montante aplicado e abrangendo 82,28% da área total. Observa-se, portanto, predominância da pecuária tanto em número de operações quanto em volume de recursos e área financiada.

Quanto aos créditos de investimentos no município de Nossa Senhora do Livramento, foram aprovados 215 projetos, que somaram R\$ 121.985.356,92, distribuídos em 16.088,07 hectares. Do conjunto analisado, 14,88% dos projetos foram destinados à atividade agrícola, concentrando 22,67% dos recursos e incidindo sobre 13,57% da área financiada. Em contrapartida, a pecuária responde por 85,12% dos projetos, absorvendo 77,33% do montante aplicado e abrangendo 86,43% da área total.

Na modalidade de crédito de comercialização, registraram-se dois projetos, que totalizaram R\$ 5.300.000,00, ambos vinculados à atividade agrícola. De forma geral, a dinâmica do crédito rural em Nossa Senhora do Livramento evidencia a centralidade da pecuária nas modalidades de custeio e investimento, ainda que a agricultura apresente participação pontual na comercialização.

O município de Nossa Senhora do Livramento possui origens vinculadas à atividade garimpeira. Ainda no período colonial brasileiro, jazidas de ouro foram encontradas na região, marco que impulsionou o processo inicial de ocupação do território. Ao longo do tempo, a base econômica municipal passou a estruturar-se predominantemente na pecuária, especialmente nos sistemas de cria, recria e engorda bovina. A agricultura, por sua vez, apresenta caráter majoritariamente de subsistência, com destaque para a produção de banana (Arruda; Vilanova; Chichorro, 2008).

No caso do município de Poconé (Tabela 1 e 2), no período de 2020 a 2025, os projetos de crédito aprovados não contemplaram a modalidade de industrialização, concentrando-se nas operações de custeio, investimento e comercialização.

No âmbito do crédito de custeio, foram registrados 1.150 projetos em Poconé, totalizando R\$ 689.329.470,89, com abrangência de 288.171,66 hectares. Entre os projetos, 12,86% foram direcionados à atividade agrícola, concentrando 32,21% dos recursos aplicados e incidindo sobre 19,07% da área financiada. Em contrapartida, os custeios voltados à pecuária

representaram 87,14% das operações, respondendo por 67,79% do montante investido e abrangendo 80,93% da área total. Observa-se, portanto, predominância da pecuária tanto em número de operações quanto em volume de recursos e área financiada no custeio.

Quanto aos créditos de investimentos para o município de Poconé, foram aprovados 710 projetos, que somaram R\$ 356.573.090,15, distribuídos em 94.949,04 hectares. Entre os projetos considerados, 18,30% foram destinados à atividade agrícola, concentrando 25,63% dos recursos e incidindo sobre 8,66% da área financiada. Em contrapartida, a pecuária respondeu por 81,70% das operações, absorvendo 74,37% do montante aplicado e abrangendo 91,34% da área total. Na modalidade de crédito de comercialização, registraram-se 21 projetos, que totalizaram R\$ 67.587.331,91, todos vinculados à atividade agrícola.

Poconé está localizado nas regiões mais baixas do Pantanal, e conseqüentemente, é mais afetada na época das cheias (pulso de inundação), tornando o município um dos menores em áreas de pastagens plantadas, pois a prática não se adapta a áreas que sofrem alagamento (Girardi; Rossetto, 2011).

No município de Santo Antônio de Leverger (Tabela 1 e 2), no período de 2020 a 2025, os projetos de crédito aprovados não contemplaram a modalidade de industrialização, concentrando-se nas operações de custeio, investimento e, de forma pontual, comercialização.

No que se refere ao crédito de custeio, foram registrados 458 projetos em Santo Antônio de Leverger, totalizando R\$ 308.416.007,55, com incidência sobre 127.190,61 hectares. Dentre esses, 4,58% dos projetos foram direcionados à atividade agrícola, concentrando 8,49% dos recursos e incidindo sobre 5,42% da área financiada. Em contrapartida, os custeios voltados à pecuária representaram 95,42% das operações, absorvendo 91,51% do montante aplicado e abrangendo 94,58% da área total, evidenciando ampla predominância da pecuária tanto em número de operações quanto em volume de recursos e área financiada no município.

Quanto aos créditos de investimentos, foram aprovados 357 projetos em Santo Antônio do Leverger, que somaram R\$ 144.982.439,64, distribuídos em 30.072,80 hectares. Desses, 22,96% dos projetos foram direcionados à atividade agrícola, utilizando 36,34% dos recursos em 18,83% das áreas beneficiadas, enquanto 77,04% dos projetos corresponderam à pecuária, somando 63,66% dos recursos, aplicados em 81,17% da área.

Na modalidade de crédito de comercialização, registraram-se três projetos, todos vinculados à atividade agrícola, que totalizaram R\$ 3.806.400,00. De forma geral, os dados indicam que a estrutura do crédito rural no município de Santo Antônio de Leverger é

fortemente orientada à pecuária, com participação secundária da agricultura nas diferentes modalidades analisadas.

A pesquisa de Karas e Johnson (2018), realizada no estado de Mato Grosso do Sul, também identificou significativa concentração dos recursos de crédito rural na atividade pecuária. Tal configuração está diretamente relacionada à estrutura territorial, onde também predominam sistemas produtivos baseados na pecuária bovina extensiva pela adaptabilidade das pastagens no Pantanal.

Até então, os valores aplicados parecem exorbitantes, contudo, conforme argumentam Bittencourt e Vial (2017), os valores formalmente registrados nas bases de dados do crédito rural não necessariamente correspondem aos recursos efetivamente disponibilizados aos produtores. Segundo os autores, há distorções na operacionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), uma vez que instituições financeiras responsáveis pela intermediação dos recursos tendem a atuar como se detivessem plena titularidade sobre tais valores, embora estes estejam vinculados a políticas públicas específicas.

Um dos mecanismos apontados pelos autores consiste na utilização de recursos dos novos projetos para a quitação de débitos anteriores do produtor. Nesses casos, o montante de crédito não ingressa propriamente na atividade prevista, sendo parcial ou totalmente absorvido pela regularização de passivos anteriores. Como resultado, o valor contabilizado como crédito concedido não se traduz, na prática, em ampliação da capacidade produtiva, modernização tecnológica ou manutenção adequada do ciclo produtivo (Bittencourt; Vial, 2017; Reis, 2021).

Essa dinâmica, por vezes, compromete a efetividade das políticas agrícolas, uma vez que recursos públicos subsidiados, inclusive com taxas de juros favorecidas, passam a atender prioritariamente à recomposição de operações financeiras pretéritas. Tal prática pode gerar impactos negativos diretos sobre o produtor rural, ao limitar a continuidade da atividade produtiva, restringir investimentos necessários e aumentar sua vulnerabilidade econômica. Ademais, ao desvirtuar a finalidade pública dos recursos vinculados às políticas agrícolas, essa operacionalização pode configurar afronta aos princípios constitucionais que regem a política agrícola e a função social do crédito rural (Bittencourt; Vial, 2017; Reis, 2021).

Ao analisar os municípios selecionados para a pesquisa, no âmbito da industrialização (Tabela 1 e 2), apenas Itiquira teve projetos aprovados, foram quatro projetos, exclusivamente agrícolas, que somaram R\$ 65.000.000,00. Conforme o Manual de Crédito Rural (Bacen, 2021), tais operações tendem a concentrar-se predominantemente em atividades agrícolas, sobretudo

na comercialização de grãos, em razão da elevada escala produtiva, padronização e inserção desses produtos em mercados nacionais e internacionais.

Em consonância com os argumentos anteriormente expostos, observa-se que, a presença do Estado no apoio e fomento às atividades produtivas agrícolas orientadas por *commodities*, como a soja, bem como ao segmento agroindustrial associado a essas cadeias tem sido fundamental. Dessa forma, o crédito rural e agroindustrial não apenas viabiliza a comercialização da produção, mas também atua como instrumento estruturante das cadeias produtivas de *commodities*, reforçando padrões de especialização produtiva e de inserção competitiva nos mercados globais (Leite; Wesz Junior, 2014; Bittencourt; Vial, 2017; Reis, 2025).

No bioma do Pantanal (Tabela 3), no período de 2020 a 2025, a dinâmica do crédito rural evidencia a predominância da atividade pecuária, especialmente nas operações de custeio e investimento.

No âmbito do crédito de custeio, foram registrados 8.036 projetos, totalizando R\$ 5.108.889.795,55, distribuídos em 1.691.232,92 hectares no período analisado. Do total de projetos, 12,61% foram direcionados à atividade agrícola, concentrando 41,29% dos recursos e incidindo sobre 31,42% da área financiada. Em contrapartida, os custeios voltados à pecuária representaram 87,39% das operações, absorvendo 58,71% do montante aplicado e abrangendo 68,58% da área total, o que evidencia maior participação da pecuária bovina tanto em número de operações quanto em área financiada, embora a agricultura apresente volume expressivo de recursos.

Quanto aos créditos de investimentos, foram aprovados 5.840 projetos, que totalizaram R\$ 3.047.851.923,02, incidindo sobre 545.682,20 hectares para os municípios que compõem o bioma Pantanal. Entre os projetos analisados, 17,34% foram direcionados à atividade agrícola, concentrando 41,84% dos recursos aplicados e abrangendo 27,70% da área financiada. Por sua vez, 82,66% das operações destinaram-se à pecuária, respondendo por 58,16% do montante investido e incidindo sobre 72,30% da área total. Mantém-se, portanto, a predominância da pecuária também nas operações de investimento.

Na modalidade de crédito de comercialização, registraram-se 181 projetos, que totalizaram R\$ 586.570.572,48 para os municípios do bioma. No setor agrícola foram 96,69% dos projetos, captando 98,53% dos recursos aplicados, enquanto os pecuários foram 3,31% das operações com 1,47% do valor total. Já na modalidade de industrialização, foram

aprovados quatro projetos, exclusivamente agrícolas e para o município de Itiquira, que somaram R\$ 65.000.000,00

Ano	Atividade	Quant. Custeio	R\$ Custeio	Área Custeio	Quant. Investimento	R\$ Investimento	Área Investimento	Quant. Comercialização	R\$ Comercialização	Quant. Industrialização	R\$ Industrialização
2020	Agrícola	145	209.224.397,41	86.860,61	169	111.315.746,22	3.666,77	12	27.930.731,51	-	-
	Pecuária	1.057	352.228.038,66	209.715,18	885	239.881.321,56	74.580,75	1	206.293,16	-	-
2021	Agrícola	207	357.889.645,55	107.794,97	143	169.108.087,75	14.220,41	43	94.903.417,54	-	-
	Pecuária	1.304	466.958.452,94	232.557,70	890	360.224.838,72	80.440,18	1	1.999.850,00	-	-
2022	Agrícola	206	471.738.254,91	94.317,79	259	337.222.663,55	39.888,63	21	78.682.997,43	-	-
	Pecuária	1.534	602.430.030,51	245.800,91	777	343.173.615,97	76.897,80	4	6.458.591,96	-	-
2023	Agrícola	200	469.116.320,79	101.975,05	173	316.849.595,26	38.917,52	41	172.239.736,48	2	25.000.000,00
	Pecuária	1.347	590.674.917,45	209.070,14	809	389.766.004,43	73.765,58	-	-	-	-
2024	Agrícola	155	363.460.206,05	88.161,99	120	173.884.733,75	32.959,62	43	165.117.690,00	2	40.000.000,00
	Pecuária	1.050	528.648.105,90	158.760,49	712	235.832.468,90	53.820,35	-	-	-	-
2025	Agrícola	101	238.366.078,20	52.301,58	149	166.862.477,80	21.554,12	15	39.031.264,40	-	-
	Pecuária	730	458.155.347,18	103.916,51	754	203.730.369,11	34.990,47	-	-	-	-
Total	Agrícola	1.014	2.109.794.902,91	531.411,99	1.013	1.275.243.304,33	151.187,07	175	577.905.837,36	4	65.000.000,00
	Pecuária	7.022	2.999.094.892,64	1.159.820,93	4.827	1.772.608.618,69	394.495,13	6	8.664.735,12	-	-

Tabela 3 – Projetos executados no Pantanal nos anos 2020 a 2025

Fonte: Bacen, 2025

Organizado pelos autores, 2026

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os valores de crédito rural analisados destinados à pecuária foram maiores do que os destinados à agricultura, seguindo o padrão que já compõe o histórico creditício da região pantaneira. Embora os valores agregados do crédito rural no Pantanal nos municípios analisados sejam expressivos, é fundamental problematizar a efetividade real desses recursos na promoção do desenvolvimento produtivo e desenvolvimento local, considerando as possíveis distorções na sua execução e destinação final, somados principalmente a efeitos diretos e indiretos que podem causar ou ter causado ao bioma.

Notadamente, observa-se nos municípios estudados, que a distribuição do crédito rural no Pantanal mato-grossense segue forte especialização produtiva, com predominância da pecuária bovina extensiva nas operações de custeio e investimento. Tal padrão reproduz a forma de ocupação e uso da terra vinculada ao processo de ocupação capitalista via colonização do território, situação que também evidencia um modelo de estrutura agrária histórica da região e reforça a especialidade territorial das atividades econômicas.

É possível inferir, que o crédito rural não é neutro e que está vinculado à estrutura agrária do território. Tal como posto, constitui uma forma de contribuição à manutenção da

mesma estrutura fundiária concentrada, situação que obviamente rebate na empregabilidade e na questão redistributiva da renda e no desenvolvimento do território estudado.

No contexto, é bem provável que sejam os proprietários das médias e grandes propriedades que acessam majoritariamente o crédito rural, uma vez que o próprio sistema, embora seja oriundo de fontes governamentais, busca garantias financeiras e documentação regularizada, situação nem sempre sanada junto ao segmento da agricultura familiar ou camponesa, embora o estudo não possa dar precisão quanto a este tema.

Por fim, também é possível levantar situações de pressão ambiental da pecuária na degradação do Pantanal, mas esta também é uma limitação do estudo, que no caso se dedicou ao uso e destinação do crédito rural. Outra limitação se refere ao uso da base Bacen, que, por um lado em razão da padronização, abrangência nacional e confiabilidade institucional assegura consistência; por outro, o crédito formalmente concedido, pode não corresponder à aplicação efetiva na produção, podendo incluir operações de renegociação de dívidas ou mesmo reestruturação financeira. Ademais, a base não permite o alcance de aspectos qualitativos como o perfil socioeconômico dos beneficiários, as desigualdades no acesso ao crédito ou mesmo os efeitos diferenciados dessa política nos territórios municipais.

Como futuras pesquisas sugere-se analisar a efetividade das políticas públicas no sentido de investigar a questão de atendimento à agricultura familiar, bem como de que modo as políticas públicas são acessadas no território e constituem um processo contribuinte ao aumento da diversidade produtiva, à reprodução sociocultural no campo e à segurança alimentar do território ou se tem efeitos contrários a isso.

REFERÊNCIAS

AMARAL, F. J. G.; BACHA, C. J. C. Evolução do crédito rural no Brasil de 1969 a 2023. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 29, p. 1-30, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/35gWKXh64Mg9KxGhBf4Ttmf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2025.

ARAÚJO, P. F. C. O crédito rural e sua distribuição no Brasil. **Estudos Econômicos**, v. 13, n. 2, p. 323-348, 1983. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ee/article/view/156754/152282>. Acesso em: 18 dez. 2025.

ARAÚJO, P. F. C. **Política de crédito rural**: reflexões sobre a experiência brasileira. Brasília: Ipea, n. 1555, 2011, 68 p. (Texto para Discussão). Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Paulo-Araujo-11/publication/283081762_Politica_de_credito_rural_reflexoes_sobre_a_experiencia_brasileira/inks/56292a2f08ae518e347c95bd/Politica-de-credito-rural-reflexoes-sobre-a-experiencia-brasileira.pdf. Acesso em: 18 dez. 2025.

ARRUDA, C. A. S.; VILANOVA, S. R. F.; CHICHORRO, J. F. Turismo rural e agricultura familiar: o caso de Nossa Senhora do Livramento-MT. **Interações**, v. 9, p. 149-157, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/HT46kbGxLpmvDPZ9WzrHGHc/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 2 jan. 2026.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Anuário estatístico do Crédito Rural (até 2012)**. 2012. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/anuarioestatcredural/creditorural2012excel.zip>. Acesso em: 20 dez. 2025.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Manual de Crédito Rural (MCR)**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2021. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr/completo>. Acesso em: 02 ago. 2025.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Matriz de Dados – Crédito Concedido**. 2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>. Acesso em: 20 dez. 2025.

BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. Campinas: Alínea, p. 313, 2018.

BELIK, W. Estado, grupos de interesse e formulação de políticas para a agropecuária brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 36, n. 1, p. 9-34, 2019. Disponível em: <https://revistasober.org/article/5da2a10e0e88257e432371d4/pdf/resr-36-1-9.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2025.

BITTENCOURT, M. A. F.; VIAL, S. M. **Crédito rural: Um desafio a céu aberto**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2017.

BORGHEZAN, F. **Histórico da Extensão Rural: Uma Visão Geral sobre o Desenvolvimento da Prática no Brasil**. 2024. Disponível em: <https://galeriarural.com.br/historico-da-extensao-rural-uma-visao-geral/>. Acesso em: 17 dez. 2025.

BRAZ, A. M. *et al.* A estrutura fundiária do pantanal brasileiro. **Revista Portuguesa de Geografia**, n. 113, 2020. Disponível em: http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0430-5072020000100008. Acesso em: 2 jan. 2026.

BÚRIGO, F. L. *et al.* O Sistema Nacional de Crédito Rural no Brasil: principais continuidades e descontinuidades no período 2003-2014. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2021. Disponível em: https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/20503/1/O%20sistema%20nacional%20de%20cr%20c3%a9dito%20rural%20no%20Brasil_principais%20continuidades%20e%20descontinuidades%20no%20per%20adodo%202003-2014.pdf. Acesso em: 20 dez. 2025.

CAMPAGNOLLA, C.; MACÊDO, M. M. C. Revolução Verde: passado e desafios atuais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 39, n. 1, p. e26952-e26952, 2022. Disponível em: <https://apct.sede.embrapa.br/cct/article/view/26952/15009>. Acesso em: 4 out. 2025.

CAMPOS, I. *et al.* A distribuição do crédito rural no estado de Mato Grosso no período de 2004 a 2012 (Paper 337). **Papers do NAEA**, v. 1, n. 1. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11243/7748>. Acesso em: 11 fev. 2026.

CAVALCANTE, M. B. **Mudanças da estrutura fundiária de Mato Grosso (1992-2007)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente, São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.fct.unesp.br/Home/Pesquisa/nera/matuzalem_cavalcante_2008.pdf. Acesso em: 25 mai. 2025.

CHAUSSÊ, W. S. C. *et al.* Políticas de relacionamento, armazenamento e segurança cibernética de dados de clientes no setor bancário brasileiro: fundamentos legais e implicações tecnológicas. 2024. 167 f. Dissertação (Programa *Stricto Sensu* em Direito) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2024. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/tede/3435/2/WagnerChauss%c3%aaDissertacao2024.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2026.

CORAZZA, G. O Banco Central do Brasil: evolução histórica e institucional. **Perspectiva econômica**, v. 2, n. 1, p. 1-23, 2006. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva_economica/article/view/4372/1622. Acesso em: 16 jun. 2025.

COSTA, H. S. A. **Os ritmos e a produção do espaço agrário na bacia do Rio Itiquira-MT**. 2018. Disponível em: <https://ufr.edu.br/ppgeo/wp-content/uploads/2021/11/Dissertacao-de-SHEMILY-SUED-ALVES-COSTA.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2025.

CZIBERE, I. *et al.* Depopulation and Public Policies in Rural Central Europe. The Hungarian and Polish Cases. **Journal of Depopulation And Rural Development Studies**, Zaragoza, v. 33, p. 57-82, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8226024.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2025.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]**. Editora da UFRGS, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/245770/000899407.pdf?sequenc>. Acesso em: 20 dez. 2025.

DIAS, J. P. A. *et al.* **Resgate histórico da ação e dos resultados da extensão rural oficial do Maranhão (ACAR/EMATER-MA)**. 2007. Disponível em: <https://repositorio.uema.br/bitstream/123456789/457/3/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20-%20JOS%c3%89%20PEREGRINO%20ARAUJO%20DIAS%20-%20PPGA%20CCA%20UEMA%202007.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2025.

FERREIRA, J. C. V. Mato Grosso e seus municípios. **Secretaria de Estado de Educação**, Cuiabá, 2001.

GIRARDI, E. P.; ROSSETTO, O. C. Análise da pecuária no Pantanal mato-grossense. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-16, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820485.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2025.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. São Paulo: Editora UNESP. 1999. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/pesquisa/O-novo-rural-Brasileiro.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2025.

GUANZIROLI, C. E. Fronteiras de Responsabilidade do PRONAF: Lógica de Intervenção, Avaliações e Sugestões de Política. **Revista de Economia e Agronegócio**, cap. 17, p. 123-146, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rea/article/view/7916/pdf>. Acesso em: 25 fev. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Área territorial brasileira**. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt.html>. Acesso em: 20 dez. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA): indicadores IBGE – janeiro de 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_%5Bmensal%5D/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2025/estProdAgri_202501.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 30 mar. 2026.

KARAS, T. S.; JOHNSON, G. A. Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul. **Revista NERA**, v. 21, n. 43, 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5340/4373>. Acesso em: 10 fev. 2025.

LEITE, S. P.; WESZ JUNIOR, V. J. Políticas públicas para o financiamento do agronegócio no Brasil: programas, instrumentos e resultados com ênfase no caso de Mato Grosso. In: BÜHLER, E. A.; GUIBERT, M.; OLIVEIRA, V. L. **Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização**: abordagens a partir da América do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, P. 104-124, 2016. <https://doi.org/10.7476/9786557250044.0006>.

LIMA, R. A. S. **Informação, Capital Social e Mercado de Crédito Rural**. 2003. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, São Paulo, 2003.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. **Plano Agrícola e Pecuário 2015/2016**. Brasília: SPA/Mapa, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2015-2016.pdf/@@download/file>. Acesso em: 25 fev. 2025.

MAPA. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Plano Safra 2025/2026**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2025/06/plano-safra-2025-2026>. Acesso em: 14 nov. 2025.

MELO, C. **Agronegócio brasileiro**: evolução das linhas de crédito. 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/5048>. Acesso em: 25 jun. 2025.

MELLO, R. U. **A SUMOC**: um precursor do Banco Central do Brasil. 2013. Disponível em: https://cdn.administradores.com.br/app/uploads/2022/01/29180217/academico_5287_190226_195157.pdf. Acesso em: 25 jun. 2025.

MMA. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Pantanal. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/biomas-e-ecossistemas/biomas/pantanal>. Acesso em: 23 dez. 2025.

MORAES, R. O. **Crédito rural**: uma análise da carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) e do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) entre 1930 e 1980. 2024. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/server/api/core/bitstreams/1b663334-07f4-49cc-99f7-f16f9ff95650/content>. Acesso em: 4 out. 2025.

MUELLER, C. C.; MARTINE, G. Modernização da agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil-A década de 1980. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 17, n. 3, p. 407-427, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/XRjhNSmJGQg7ZKvXHQ8nnPm/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2025.

PASSOS, M. M. BR-163: from “landless men” to “manless land”. **Cadernos de Geografia**, n. 39, p. 41-53, 2019. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/6d2a/3577a58e1737441129818e7f292dc3693ea8.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2025.

OLIVEIRA, J. D. *et al.* Uso e ocupação da terra na bacia hidrográfica do rio Branco, afluente da margem esquerda do rio Cabaçal, Mato Grosso. **Os Desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento**, v. 1, p. 7074-7086, 2017. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/sbgfa/article/view/1902/2245>. Acesso em: 16 dez. 2025.

RAMOS, S. Y.; MARTHA JUNIOR, G. B. **Evolução da política de crédito rural brasileira**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2010. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/899862/1/doc292.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2025.

REIS, M. **Crédito rural**. 4 ed. Editora Forense, 2025.

ROSA, L. *et al.* **Aspectos históricos da ocupação em Mato Grosso**. 2017. Disponível em: <https://governancadetererras.com.br/wp-content/uploads/2017/10/Lilian-da-Rosa-Aspectos-Historicos-da-ocupacao-em-MT.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2025.

ROSSETTO, O. C.; DALLA-NORA, G. Pantanal: luta pela terra e pela vida na nova fronteira agrícola brasileira. **Boletim Dataluta**, v. 11, n. 128, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/BD/article/view/52468/39450>. Acesso em: 11 jan. 2026.

SANTOS, J. V. C. **Os efeitos da pandemia da COVID-19 sobre o comportamento do crédito agrícola**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Agrícola) – Universidade

Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=553489&tipoMidia=0>. Acesso em: 25 fev. 2025.

SANTOS, R. B. N.; BRAGA, M. J. Impactos do crédito rural na produtividade da terra e do trabalho nas regiões brasileiras. **Economia Aplicada**, v. 17, p. 299-324, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecoa/a/T976b3ZKY8xdFsM45fZKCwQ/?format=html>. Acesso em: 16 dez. 2025.

SANTOS, L. S.; FERREIRA, M. A. N.; ALMEIDA, P. N. A. Concentração do crédito rural no Brasil em 2017. **GeSec: Revista de Gestão e Secretariado**, v. 15, n. 2, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/download/3489/2155/11097>. Acesso em: 16 dez. 2025.

SEMA. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Mapa dos Biomas Mato-Grossenses**. 2019. Disponível em: <http://sema.mt.gov.br/site/index.php/sema/noticias/357-mapa-dos-biomas-mato-grossenses>. Acesso em: 19 dez. 2025.

SERVILHA, V. **O financiamento da agricultura brasileira**. 1994. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 1994. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=490386&tipoMidia=0>. Acesso em: 16 dez. 2025.

SILVA, J. S. V.; ABDON, M. M. Delimitação do Pantanal Brasileiro e suas sub-regiões. **Pesquisa agropecuária brasileira**, Brasília, v. 33, p. 1703-1711, 1998. Disponível em: <https://apct.sede.embrapa.br/pab/article/view/5050/7203>. Acesso em: 5 jan. 2026.

SOARES, J. C. O.; SANTOS, L.; CALDAS, J. A. P. A pecuária bovina no município de Cáceres-MT: Reflexos no contexto socioeconômico. **Revista Ciência Geográfica**, v. 21, p. 184-197, 2017. Disponível em: https://agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXI_1/agb_xxi_1_versao_internet/Revista_AGB_JanDez2017-14.pdf. Acesso em: 5 jan. 2026.

SOUZA-HIGA, T. C. C.; HIGA, N. T. Pantanal Mato-grossense: aspectos fundiários e dinâmica populacional no município de Barão de Melgaço. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, v. 1, n. 60, p. 83-95, 2002. Disponível em: <http://54.173.5.2/index.php/revistaihgmt/article/view/408/412>. Acesso em: 5 jan. 2026.

TOLENTINO, M. L. D. L. Da revolução verde ao discurso do PRONAF: a representação do desenvolvimento nas políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. **Cerrados**, v. 14, n. 2, p. 93-124, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5761481.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2025.

WPS OFFICE. WPS Office Suite. WPS, 2021. Disponível em: <https://br.wps.com/download/>. Acesso em: 17 dez. 2025.